



## A atuação da enfermagem na orientação do uso de anticoncepcionais: uma revisão da literatura

Letícia Dutra de Lima<sup>1\*</sup>, Dyellen Ribeiro de Freitas<sup>1</sup>, Letícia da Silva Sanfelis<sup>1</sup>, Maria Carolina Silverol de Lima<sup>1</sup>, Juliene Gomes Macedo<sup>1</sup>, Luciana Santana Martins<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicas do Curso de Enfermagem, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR, Ji-Paraná, RO, Brasil. E-mail: leticiadutralima14@gmail.com

<sup>2</sup>Enfermeira. Docente do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR – Ji-Paraná, RO, Brasil. E-mail: luciana.martins@sãolucasjiparana.edu.br

### 1. Introdução

A introdução dos anticoncepcionais hormonais nos anos 90 no Brasil, incidiram diretamente na taxa de fecundidade, sendo que de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 2006, a taxa por mulher é inferior a dois filhos. Outra questão se deu pela criação do exercício ao direito do planejamento familiar, aplicado pelo Artigo 9º da Lei Nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, assegurando que o serviço de saúde deve disponibilizar métodos e técnicas de concepção e contracepção, que não ofereçam risco a saúde e que seja de livre escolha. Dessa forma, como um dos profissionais de linha de frente na Atenção Primária, o enfermeiro trabalha diretamente com a Saúde da Mulher e conscientizando, educando e prescrevendo, métodos contraceptivos<sup>(4)</sup>. Além disso o uso de anticoncepcionais pode provocar diversos efeitos no organismo, entre eles os principais são a cefaleia, escapes, ganha ou perda de peso, sangramentos, acne, tontura, alterações no humor, alteração do fluxo menstrual, sensibilidade mamária e diversos outros sinais, visto isso a orientação sobre esses efeitos adversos pode colaborar para a não interrupção do uso continuado, o que implica diretamente na farmacodinâmica, garantindo a efetividade e proteção desejada<sup>(1)</sup>. Diante os fatos e legislações vigentes, Lei do Exercício Profissional do Enfermeiro 7.498/1986 e a Resolução COFEN nº 271/2001, o enfermeiro tem como atribuição o aconselhamento e instrução, traçando estratégias à população acerca dos métodos disponíveis para inibição de uma gravidez não planejada, fazendo-se necessária a conscientização do meio correto de utilização. O resumo tem por objetivo conhecer a atuação da Enfermagem nas orientações, prescrição e uso adequado de anticoncepcionais.

### 2. Materiais e métodos

Este estudo trata-se uma revisão de literatura de caráter descritivo. Os bancos de dados utilizados para a busca de materiais, foram as bases de dados indexados e publicados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados foram: Enfermagem; Anticoncepcionais orais. O levantamento das fontes de publicações ocorreu no período de outubro de 2023, sendo utilizados os critérios de inclusão para revisão da literatura: artigos, publicados e escritos em línguas nacionais e internacionais, no período de 2018 a 2023, coerentes com o tema da pesquisa, excluindo

os materiais que não compreendiam a temática abordada e/ou não atendiam os critérios de inclusão descritos anteriormente.

### **3. Resultados e Discussões**

A anticoncepção oral é um método utilizado com o intuito de evitar uma gravidez indesejada podendo ser prescrita por médicos ou enfermeiros<sup>(7)</sup>. Esse instrumento deve ser utilizado de forma contínua, respeitando os intervalos descritos na bula, sendo considerado confiável, onde além de impedirem uma concepção indesejada, auxiliam em diversos outros fatores como a dismenorreia (cólica menstrual), menorragia (excesso de menstruação), tensão pré-menstrual e tratamento de acne, entretanto o uso inadequado e de forma prolongada sem a orientação de um profissional, pode aumentar os riscos de (TVP) trombose venosa profunda<sup>(6)</sup>, perda de eficácia devido ao uso frequente, incorreto ou interações medicamentosas, desproteção frente às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e risco de reações adversas, sendo relatadas alterações imunológicas, metabólicas, nutricionais, psiquiátricas, vasculares, oculares, gastrintestinais, hepatobiliares, cutâneo-subcutâneas, renais/urinárias, auditivas, distúrbios do Sistema Nervoso Central (SNC) e do Sistema Reprodutor<sup>(1,2,3)</sup>. Portanto, o uso desses medicamentos devem ser assistidos pelo serviço de saúde, afim de evitar o agravamento de possíveis problemas advindos dos efeitos adversos, sendo trabalhados por meio de políticas públicas desenvolvidas para o enfrentamento de complicações, com a premissa de redução e utilização racional dos anticoncepcionais orais, onde os profissionais da enfermagem estejam capacitados e preparados para a conscientização e educação em saúde dos pacientes sobre os pontos positivos e negativos desse meio anticoncepcional<sup>(2)</sup>.

### **4. Considerações finais**

Contudo, a mulher deve ter total autonomia na escolha para o melhor método contraceptivo, tendo por base a orientação de um profissional de saúde, onde o enfermeiro irá auxiliar nas informações e disponibilidades de alternativas, monitorando os efeitos adversos provocados e aconselhando sobre as melhores tomadas de decisão. Segundo a lei do exercício profissional do enfermeiro 7.498/1986 e a resolução COFEN N° 271/2001, este pode prescrever os anticoncepcionais orais, contribuindo para o planejamento familiar, oferecido pela rede de Atenção Primária como parte da descentralização do SUS<sup>(5)</sup>, com a finalidade de planejar ou prevenir uma gravidez, participando ativamente na educação em saúde da população, promovendo ações e políticas públicas com o propósito de mitigar problemas advindos da utilização errônea de anticoncepcionais orais.

### **5. Referências**

1. AMARAL, F.G.O. *et al.* Efeitos colaterais no uso dos anticoncepcionais orais combinados. UECE – Universidade Estadual do Ceará, maio de 2022.
2. CARRIAS, D.T.S *et al.* Efeitos adversos associados a uso de contraceptivos orais em discentes. Rev. Soc. Bras. Clín. Med. 2019.

3. COUTO, P.L.S. *et al.* Evidências dos efeitos adversos no uso de anticoncepcionais hormonais orais em mulheres. *Enfer. Foco*, 2020.
4. FINOTTI, M. Manual de anticoncepção. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2015.
5. RODRIGUES, I.L.A; TEIXEIRA, L.F.S; NOGUEIRA, L.M.V. Tecnologia educacional sobre contracepção oral: construção compartilhada com enfermeiros da assistência reprodutiva. *J. res.: fundam. care.* Online 2019 jan./mar, UNIRIO.
6. SILVA C.S., SÁ R., TOLEDO J. Métodos contraceptivos e prevalência de mulheres adultas e jovens com risco de trombose, no Campus Centro Universitário do Distrito Federal-UDF. *REVISA*. Junho de 2019; 8(2): 190-7.
7. THAYER, A. *et al.* Atitudes de médicos e enfermeiros sobre a prescrição genérica de pílulas anticoncepcionais orais e antidepressivos. *J Gen Estagiário Med.* dezembro de 2020.